

AgInt no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1561273 - RJ (2015/0177460-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO

AGRAVANTE : MARIA DANIELA DE SOUSA LAPA CALCADO DICK

**ADVOGADOS : LEONARDO CAMANHO CAMARGO - RJ088992
ALEXSANDRA DO LAGO GUIMARÃES - RJ159683**

AGRAVADO : FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO DANTAS QUENTAL

AGRAVADO : JOAO CARLOS MIRANDA GARCIA DE SOUSA

AGRAVADO : SAN TIAGO DANTAS QUENTAL ADVOGADOS ASSOCIADOS

ADVOGADOS : JOSÉ PERDIZ DE JESUS E OUTRO(S) - DF010011

MIGUEL PACHÁ - RJ133874

MICHEL PACHÁ JUNIOR E OUTRO(S) - RJ121168

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. CONFIGURADA. TERMO INICIAL DOS JUROS COM O PROTESTO JUDICIAL. VALOR DOS HONORÁRIOS. PRETENSÃO DE REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

2. Constou na decisão agravada que o TJRJ, ao fixar o valor dos honorários advocatícios, considerou não só o tempo de duração do processo (12 anos), mas também (i) que diversas questões levantadas na contestação, e não abordadas na inicial, tiveram que ser rebatidas a partir da réplica; e (ii) as manifestações dos dois primeiros requeridos, que, por muito tempo, autuaram sozinhos, também foram relevantes para o sucesso da demanda. Impossibilidade de revisão das conclusões do TJRJ. Súmula nº 7 do STJ.

3. Não sendo a linha argumentativa apresentada capaz de evidenciar a inadequação dos fundamentos invocados pela decisão agravada, o presente agravo não se revela apto a alterar o conteúdo do julgado impugnado, devendo ele ser integralmente mantido em seus próprios termos.

4. Agravo interno não provido

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva e Marco Aurélio Bellizze votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Moura Ribeiro
Relator